

A ponte levadiça

FERNANDO PEDREIRA



Os adolescentes que gostam (e quem não gosta?) de contos da Idade Média — histórias de castas donzelas e valentes cavaleiros de armadura — certamente sabem o que é uma ponte levadiça. Os castelos antigos costumavam cercar-se de um fundo poço, bem mais fundo e terrível, ainda, do que esse recentemente mandado cavar pelo presidente Collor em torno do Palácio do Planalto. A ponte levadiça era como a rampa que o presidente sobe e desce todas as semanas. Arriada, unia o palácio ao mundo em volta. Erguida, ela o separava dele, fechava-o por trás de suas altas muralhas.

Os brasileiros deste século 20 são (bem feitas as contas) como os camponeses europeus da Idade Média. Animados e arregimentados pela religião do desenvolvimentismo nacionalista, eles se dedicaram a construir, a partir de 1930, um grande castelo destinado a guardar e proteger as riquezas do reino. Mas, tal como seus antecessores medievais, uma vez erguido o castelo, embora muito orgulhosos dele, os brasileiros (os cidadãos em geral) se deram conta de que haviam ficado do lado de fora, acampados na planície.

Do lado de dentro, como era de esperar, instalaram-se o rei e sua corte, seus numerosíssimos funcionários, seus serviços e eunucos. Entram e saem livremente, muitas vezes por caminhos secretos, os que têm negócios com a corte: banqueiros, empreiteiros, negociantes de armas e especiarias, diplomatas, generais. Há quem acredite que o castelo é, na verdade, um grande bicho antropófago. Devora exércitos de servidores, consome riquezas sem fim. Sua ideologia, curiosa-

mente frouxa, e seu exigente metabolismo interno fazem com que ele às vezes se abra por instantes, apenas para se fechar ainda mais gulosamente em seguida.

Na década dos 50, por exemplo, tempo de acendrado nacionalismo, o então príncipe reinante, Juscelino, convocou um seleto grupo de trustes estrangeiros (hoje chamados de multinacionais) e, à custa de muitos favores e vantagens, incumbiu-os de criar no País uma indústria automobilística. Os trustes vieram e criaram e, talvez como prêmio, as muralhas do castelo logo se fecharam protetoramente em torno de sua indústria. Estabeleceu-se, debaixo da asa do Estado, uma rigorosa (e inexplicável) reserva de mercado para multinacionais estrangeiras, um oligopólio tão bem protegido e regulamentado que o País passou a produzir, nos últimos anos, cada vez menos carros, por preços cada vez mais altos. Descontados os impostos (altíssimos), ainda assim o preço de uma das luxuosas “carroças” brasileiras chega a ser hoje o dobro, em dólares, do similar feito nos Estados Unidos.

Mas o castelo é nosso. Mais recentemente, sob os príncipes Figueiredo e Sarney, como as despesas e desperdícios da corte tivessem crescido muito e se tornado virtualmente impossíveis de financiar, mesmo com os altos impostos vigentes, o castelo foi levado a se apoiar cada vez mais num tributo adicional especialmente cruel e perverso: a inflação, que logo se tornou a principal fonte de recursos oficial. Mas a própria inflação tem limites, e a crise acentuou-se mais ainda. A corrupção se alastrava e o povo, nas cercanias do castelo, parecia cada vez mais pobre, cada vez mais à mercê de criminosos e bandidos de toda ordem. Era preciso achar com urgência uma saída e, nos anos 90, sob o novo governo do marquês das Alagoas, anunciou-se a decisão de tentar, outra vez, desta

vez a sério, o remédio da abertura: baixar a ponte levadiça.

O jovem marquês, entretanto, era homem mais decidido e firme nas palavras que nos atos. Cercado de auxiliares inexperientes (na verdade, nacionalistas enrustidos), ele deu duas ou três voltas na manivela e começou a baixar a ponte: fê-la cair, no primeiro ano, digamos, uns 20% ou 30%, e logo se congratulou por seu destemor e sua audácia.

Mas o fato é que por essa bem-intencionada e estreita abertura inicial só podiam entrar (e sair) moscas, ou pássaros, ou morcegos (durante a noite). Se a ponte caísse mais, até uns 70% ou 80%, é possível que mercadores mais audazes e afoitos pulassem para dentro. Mas o fluxo normal e saudável do intercâmbio só se poderia estabelecer, obviamente, quando a ponte estivesse arriada até embaixo (e quando os forasteiros se sentissem razoavelmente seguros de que ela não se iria fechar depressa com eles lá dentro).

Hoje, um tanto ressabiado e indeciso, o marquês se queixa porque seus gestos de boa vontade não encontraram, entre americanos, europeus e japoneses, as recompensas e a “reciprocidade” que ele esperava. Sua decepção é compreensível, pois a forte resistência dos privilegiados e bem-protegidos habitantes do castelo (e dos sentimentos nacionalistas, entre o povo) seria mais fácil de vencer se a política de abertura pudesse produzir resultados favoráveis desde os seus primeiros passos. Por outro lado, se esses passos são tímidos demais, lentos e “gradualísticos” demais, como esperar rápidos resultados?

O pobre marquês meteu-se numa encruzilhada. Já não tem forças para avançar sozinho. Seus atos e seu complicado jogo de cena não convenceram a opinião pública e o povo. E a flauta (de Hamerlin) que ele hoje toca para governadores e políticos atrai, como era de esperar, sobretudo os ratos

e ratazanas tão numerosos entre as muralhas do castelo.

Na verdade, não é só o marquês, mas a Nação inteira que está hoje enfiada numa armadilha. Criamos, ao longo do tempo, uma vasta e complexa máquina político-institucional e lhe entregamos, em nome do povo, o poder e o direito de nos governar. Só que essa máquina não representa o povo, representa a si mesma. Seus vínculos com o povo são distantes, teóricos. Seus vínculos com seus próprios interesses são reais, concretos.

Quanto serão os funcionários públicos e os beneficiários das variadas folhas oficiais e oficiosas? Um milhão, dois milhões — numa população de 150 milhões? Não importa. O que importa é que, no Congresso Nacional, que é quem faz a lei, assim como nos demais órgãos decisórios do governo, eles, os funcionários, representam 100%. Pode-se dizer que não há, virtualmente, senador ou deputado que não seja funcionário público, que não acumule umas tantas aposentadorias, que não tenha na família uma rédua de beneficiários do Tesouro e de suas empresas, empreitadas, monopólios e reservas.

Como esperar que essa gente vote contra os *marajás*, contra o privilégio da estabilidade, se eles próprios (e seus familiares) são os estáveis e os *marajás*? O Ministério da Educação, a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a LBA, o próprio Congresso *são eles*. O castelo, na verdade, não é nosso. O marquês das Alagoas falhou quando, chegando ao governo, não conseguiu nem baixar a ponte, nem mobilizar a opinião pública e os cidadãos em geral para apoiá-lo e ajudá-lo em sua missão. Agora, o encanto quebrou-se. Mas o dilema continua diante de nós: ou se subverte e destrói a máquina, ou não se governa decentemente o País.

□ Fernando Pedreira é jornalista e escritor